



Combater violência à mulher é prioridade, diz Damares Alves

Em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos, a ministra disse ser inadmissível que a cada 8 minutos uma mulher seja vítima de feminicídio no Brasil

Gerardo Magela/Agência Senado



Damares Alves, entre Paulo Paim e o secretário nacional de Proteção Global, Sérgio Queiroz: a ministra também prometeu trabalhar pela inserção social do índio

O tema dos abusos a que são submetidas meninas e mulheres ocupou boa parte do debate ontem com a ministra da Mulher e dos Direitos Humanos, Damares Alves, na Comissão de Direitos Humanos. Ela disse que combater a violência é uma determinação do presidente Jair Bolsonaro, a ser cumprida por diversos ministérios. Outra prioridade da pasta, segundo ela, é o fortalecimento da família.

A ministra criticou ainda o que chamou de “ativismo” do Judiciário em questões como aborto e homofobia. Para ela, esses são temas para o Congresso Nacional. **4**

MP que transfere imóveis do INSS para a União será votada na terça

O Plenário deve votar na terça-feira a medida provisória que transfere para a União 3,8 mil imóveis do INSS. Os senadores devem votar também requerimentos de impugnação de um artigo da medida. **3**

Duas propostas regulamentam modalidade de ensino domiciliar

O Senado analisa dois projetos que tratam da educação domiciliar. Um deles deixa claro não ser crime de abandono intelectual ensinar crianças em casa. O outro regulamenta a educação familiar. **4**

Davi: líderes vão decidir como acompanhar reforma

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se reunirá com líderes para decidir como a Casa vai acompanhar a tramitação da PEC da Reforma da Previdência na Câmara. Uma das possibilidades é criar uma subcomissão dentro

da Comissão de Constituição e Justiça. Outra é criar uma comissão especial com nove integrantes. Nos dois casos, o relator deverá ser um membro da CCJ, que será também relator da proposta quando ela chegar ao Senado. **2**



Texto altera regras para aposentadoria nos setores público e privado



Presidente da comissão, Nelsinho Trad, e vice, Marcos do Val, durante reunião

Comissão quer ouvir ministros da Defesa e do Itamaraty

Os ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, vão ser convidados para audiências públicas na Comissão de Relações Exteriores.

O objetivo é que eles relatem

as prioridades de suas gestões e debatam os desafios da política externa e da área da defesa no país. Os requerimentos foram aprovados ontem e as datas das reuniões ainda serão definidas. **2**

PF vai analisar imagens de eleição no Senado **3**

Líder do governo: cessão onerosa tem que ser votada **3**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Davi afirma que líderes decidirão sobre Previdência

Segundo o presidente do Senado, a criação de uma subcomissão na CCJ ou de uma comissão especial estão entre as possibilidades a serem analisadas para acompanhar a tramitação da proposta na Câmara

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, informou que vai conversar com os líderes partidários para decidir como a Casa vai acompanhar a tramitação da proposta de reforma da Previdência na Câmara dos Deputados.

Uma das possibilidades é a criação de uma subcomissão dentro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Outra, seria a criação de uma comissão especial, com nove membros. Nas duas situações, o relator deve ser um senador membro da CCJ, que já ficaria como relator da PEC 6/2019 quando o texto chegar ao Senado. Para Davi, essa interlocução com a Câmara será importante para agilizar a tramitação.

— Vou conversar com os partidos e líderes para ver qual o melhor caminho, de forma que seja uma via democrática e que contemple todos os senadores — declarou.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse esperar que a reforma seja aprovada até setembro. Ele lembrou que é



Davi disse ainda estar preocupado com Roraima, devido à crise na Venezuela

preciso haver pelo menos 49 votos favoráveis à proposta no Senado. Bezerra reiterou que a reforma é, na visão do governo, essencial para o equilíbrio das contas públicas e para a geração de emprego.

— Temos de exercitar muito o diálogo e a conversa. Essa aproximação com os parlamentares é importante para ter a certeza de que a reforma terá quorum suficiente para aprovação — afirmou.

Venezuela

Davi Alcolumbre também afirmou que tem acompanhado com apreensão a crise

na Venezuela. O presidente Nicolás Maduro decidiu fechar as fronteiras do país com Roraima.

A medida é vista como uma reação à intenção do Brasil de permitir que Roraima seja uma via de acesso para a ajuda humanitária chegar à Venezuela. Existe ainda a preocupação com o fornecimento de energia elétrica para Roraima, já que a energia vem do país vizinho.

— Qualquer país deveria concordar em receber essa ajuda humanitária, mas temos que respeitar a decisão de Maduro — declarou Davi.

Comissão deve ouvir ministros da Defesa e das Relações Exteriores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve fazer, em datas a serem acertadas, audiências públicas com os ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e da Defesa, Fernando Azevedo e Silva. Os requerimentos foram aprovados ontem.

— Será uma oportunidade para que eles relatem as prioridades de suas gestões. A política externa brasileira tem enormes desafios. O mesmo se dá na área da defesa, no que

tange, por exemplo, à modernização das Forças Armadas — disse o presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS).

Durante a reunião, Trad elogiou a parceria entre Brasil e Estados Unidos para envio de ajuda humanitária à Venezuela.

— É mais do que justo que o Brasil atue com solidariedade neste momento, apoiando o restabelecimento da democracia e do desenvolvimento na nação vizinha — afirmou o presidente da comissão.

Zequinha pede apoio do governo no combate a praga de fruticultura

Zequinha Marinho (PSC-PA) fez um apelo à ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para que o governo ajude no combate à mosca-da-carambola, uma praga que ataca a fruticultura e tem entrado no Brasil por Roraima e Amapá. Uma das preocupações do senador é a velocidade com que o inseto se multiplica.

— Se chegar a Belém, eu considero uma causa perdida, porque Belém é conhecida no Brasil e no mundo como a cidade das mangueiras.

Arns cobra a atenção do governo com pessoas que vivem nas ruas

Flávio Arns (Rede-PR) pediu mais atenção com as pessoas que vivem nas ruas. O senador sugeriu que o governo ouça profissionais que trabalham com essa população.

— O poder público normalmente procura resolver o problema sem ouvir e sem respeitar o direito das pessoas que vivem nas ruas e sem contribuir para que elas voltem a viver com dignidade e possam sonhar. Cada pessoa ou família em situação de rua tem uma história.

Paim pede diálogo com a sociedade para aperfeiçoar o texto

A proposta de reforma da Previdência deve ser amplamente discutida pela Câmara e pelo Senado, que terão que buscar diálogo com todos os setores para o aperfeiçoamento do texto, advertiu Paulo Paim (PT-RS). Ele mostrou apreensão com os dispositivos que sugerem a idade de 60 anos para aposentadoria rural, a desvinculação do Benefício de Prestação Continuada do salário mínimo e a adoção de um regime de capitalização. O senador disse ainda temer a possibilidade de estarem sendo oferecidas emendas e cargos no governo para que a PEC 6/2019 seja aprovada.

Alterações podem prejudicar mulher do campo, diz Eliziane

Eliziane Gama (PPS-MA) destacou, na quarta-feira, pontos que considera positivos e negativos da reforma da Previdência. Para ela, a mulher do campo, que acaba tendo mais filhos, é a que mais vai sofrer, caso seja aprovada a proposta.

— No Maranhão, 66,86% são beneficiários rurais. Veja que impacto isso pode ter nas famílias. Em boa parte delas, o filho sai de casa e as mulheres têm que sobreviver com trabalho do campo. Agora elas vão precisar trabalhar mais.

Rogério critica proposta de mudança na seguridade

Em pronunciamento na quarta-feira, Rogério Carvalho (PT-SE) criticou a PEC da Previdência (PEC 6/2019). Para o senador, caso a proposta seja aprovada, haverá uma “chacina contra os direitos da pessoa e irá ferir de morte o sistema de seguridade social”.

— Vemos o governo apresentar uma proposta que desvincula o Benefício de Prestação Continuada para os mais pobres no valor de R\$ 400. Isso significa levar ao sofrimento os mais pobres.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Izalci quer mudar medida que transfere imóveis para a União

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu a aprovação da medida provisória que transfere imóveis do INSS para a União. O senador disse que fará emendas à MP 852/2018. Uma delas, segundo ele, é para permitir que a iniciativa privada possa auxiliar o Executivo na regularização fundiária, diante do baixo número no quadro de funcionários do Incra.

— O governo não terá condições de fazer isso com o quadro que tem. Então, nós colocamos essa emenda para que o poder público pudesse contratar.

Chico Rodrigues teme conflito na fronteira com a Venezuela

Chico Rodrigues (DEM-RR) alertou as autoridades para os riscos de um conflito “de consequências inimagináveis” em Pacaraima (RR), na fronteira com a Venezuela, caso haja tentativa de levar, sem autorização do presidente Nicolás Maduro, ajuda humanitária, como remédios e alimentos, aos venezuelanos.

— Eu gostaria de alertar para que as autoridades brasileiras, que têm um poder de articulação muito grande na sua diplomacia, evitem que se cometa um erro estratégico. É preciso muita cautela, cuidado e prudência — recomendou.

Paulo Rocha critica projeto que altera o Código Florestal

Paulo Rocha (PT-PA) alertou ontem sobre os efeitos do projeto que altera o Código Florestal (Lei 12.651, de 2012), ao redefinir os critérios para redução da área de reserva legal em imóveis rurais da Amazônia. O senador criticou o PL 551/2019, que tem, entre seus objetivos, a ampliação de áreas destinadas à atividade econômica na região.

Na opinião de Paulo Rocha, a flexibilização permitirá avanços da mineração, agropecuária e da atividade industrial, acarretando impactos ambientais graves.

MP sobre imóveis do INSS será votada na terça-feira

Senadores querem retirar do texto da Câmara o artigo que doa ao Ceará a área, hoje da União, do perímetro público irrigado Jaguaribe-Apodi

A VOTAÇÃO DA medida provisória que transfere para a União 3,8 mil imóveis do INSS foi marcada para terça-feira pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Ontem foi encerrada a fase de discussão do texto em Plenário.

A MP 852/2018 foi alterada na Câmara dos Deputados, sendo transformada em projeto de lei de conversão (PLV 1/2019). Otto Alencar (PSD-BA) e Eduardo Girão (Pode-CE) já avisaram que não concordam com uma das modificações feitas pelos deputados. Eles apresentaram requerimentos para impugnação do artigo 9º, que, segundo o senadores, é um “jabuti”, ou seja, assunto alheio ao conteúdo da MP. Esse artigo autoriza o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) a doar ao Ceará uma área situada no perímetro público irrigado Jaguaribe-Apodi.

— Esse dispositivo claramente pretende regularizar áreas rurais para investimentos urbanos, indo de encontro à Lei 13.465, de 2017, que estabelece a Reurbe [Regu-



Requerimentos de impugnação do artigo também serão votados em Plenário

larização Fundiária Urbana] — alegou Otto.

O presidente Davi Alcolumbre lembrou que o tema havia sido discutido anteriormente em reunião de líderes. Ele reconheceu que o questionamento é procedente e disse que os requerimentos de impugnação serão votados também na terça-feira.

A iniciativa foi apoiada por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que reclamou da constante inserção de jabutis em medidas provisórias:

— Esse é o procedimento adequado, deveria ter sido costume desta Casa há algum tempo. Está sendo cumprido o acordo de líderes. É responsabilidade do presidente impugnar medidas alheias, os famosos jabutis que costumemente são colocados na Câmara e vêm para o Senado

para votarmos às pressas — disse Randolfe, que lembrou a necessidade de respeitar o prazo legal de 48 horas entre a leitura de uma MP e a votação.

Amortização

Segundo o texto, os imóveis serão administrados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). A transferência vai ajudar na redução do déficit previdenciário, com a amortização das dívidas do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) com o Tesouro Nacional. O valor total dos imóveis pode passar de R\$ 6 bilhões.

A MP também extinguiu o Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), liberando cerca de R\$ 1,4 bilhão em imóveis da rede que poderão ser alienados, doados ou cedidos pela SPU.

Cessão onerosa é prioridade, diz líder do governo

A proposta que vai permitir a revisão do contrato de cessão onerosa firmado entre a Petrobras e o governo — e autorizar a empresa a transferir até 70% dos direitos de exploração de petróleo e gás na área do pré-sal — é uma das prioridades de votação para o Executivo neste semestre, segundo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Bezerra deve se reunir nos próximos dias com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, segundo informou esta semana, para detalhar

quais outras propostas que estão no Congresso entrarão na pauta prioritária.

Falta ajustar detalhes para garantir a aprovação da cessão onerosa, mas o governo tem pressa, porque o projeto é essencial para direcionar recursos e equacionar parte do déficit no orçamento federal para, com isso, “reduzir os juros e animar a economia”, disse Bezerra.

O PLC 78/2018 permite o repasse de parte do pré-sal para exploração da iniciativa privada, por meio de leilão. Até o fim de 2018, estava aguardando análise em regime de urgência no Plenário,

mas não houve acordo para votação porque não se encontrou um mecanismo que assegure a estados e municípios o compartilhamento de parte do dinheiro arrecadado com esses leilões.

O texto da proposta que veio da Câmara não tem, por exemplo, o percentual de rateio com estados e municípios. Se os senadores modificarem o projeto, ele terá que voltar à Câmara, atrasando ainda mais o cronograma. A venda do pré-sal para a iniciativa privada pode garantir, somente com o chamado bônus de assinatura, R\$ 100 bilhões para a União.

Imagens da eleição do Senado serão vistas pela PF

Serão enviadas para a Polícia Federal (PF) as imagens da eleição para a Presidência do Senado, no dia 2. A intenção é investigar como e por que havia 82 cédulas de votação para escolha do novo presidente do Senado, quando só existem 81 senadores. Além disso, duas cédulas estavam fora dos envelopes. Diante do

fato, a votação foi anulada e um segundo procedimento foi realizado.

De acordo com o corregedor da Casa, Roberto Rocha (PSDB-MA), a recomendação foi feita pela Polícia Legislativa do Senado.

— A Polícia Legislativa já me disse que não tem recursos suficientes para fazer a

perícia em todas as imagens e recomenda que seja feita pela Polícia Federal. Estou enviando para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para que ele, por meio da Mesa, solicite ao Ministério da Justiça que faça essa perícia em todos os votos.

Para Roberto Rocha, apontar suspeito pela fraude neste momento seria precipitado.

Alessandro cobra criação da CPI dos Tribunais Superiores

Ao prestar contas do início do seu mandato, ontem, no Plenário, Alessandro Vieira (PPS-SE) disse que vai insistir na criação da CPI dos Tribunais Superiores. Ele lamentou o arquivamento, pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre, do seu primeiro requerimento apresentado, mas informou que fará novo texto, que atenderá os requisitos exigidos pelo Regimento Interno.

O objetivo da comissão, segundo o senador, será investigar possíveis excessos cometidos pelas cortes.

— Essa é uma luta da sociedade brasileira.

Veneziano se diz preocupado com a venda de aeroportos

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) relatou ontem no Plenário preocupação com o processo de transferência dos aeroportos à iniciativa privada.

De acordo com o senador, a privatização pode beneficiar aeroportos de cidades maiores, como Recife, e prejudicar locais menores, como João Pessoa e Campina Grande, as duas principais cidades da Paraíba.

— Recife atende melhor às expectativas do investidor privado, deixando, de certa forma, aeroportos que têm menos passageiros em segundo plano para receber novos investimentos.

Mais Médicos precisa de novos incentivos, afirma Plínio Valério

Plínio Valério (PSDB-AM) afirmou em Plenário que a saída dos médicos cubanos do Programa Mais Médicos, em novembro, deixou 600 mil amazonenses sem assistência médica. De acordo com o senador, das 318 vagas que ficaram disponíveis, 212 ainda não foram preenchidas e 23 municípios estão completamente desassistidos, sem a presença de nenhum médico para atender a população.

— Os moradores dessas regiões afastadas dos grandes centros têm tanto direito à saúde quanto todos os demais brasileiros.

Damares: desafio é mudar realidade da mulher

Segundo a ministra, alerta para que país de meninas saíam do Brasil foi, na verdade, uma tentativa de chamar a atenção para o problema da violência contra as mulheres

A MINISTRA DA Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, disse ontem, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), que foi mal interpretada quando aconselhou pais de meninas a saírem do Brasil. A declaração foi, segundo ela, uma tentativa de chamar a atenção para problemas como violência contra mulheres e jovens. De acordo com a ministra, o país é o pior da América do Sul para se criarem meninas e o desafio da pasta é mudar essa realidade.

A questão da violência foi um dos pontos centrais do debate. A ministra considerou inadmissível que a cada 8 minutos uma mulher seja vítima de feminicídio. E afirmou que a pasta trabalha na criação de mecanismos para reverter esses números, sem detalhar as ações. Segundo ela, é uma determinação do presidente da República, Jair Bolsonaro, enfrentar todos os tipos de violência.

— Não é uma atribuição só deste ministério, é promessa de campanha do presidente. Ele deu ordem a todos os ministros de enfrentamento à violência.

Damares também comentou as políticas de direitos humanos do governo. Segundo ela, sua gestão tem como foco o “fortalecimento da família”. Ela ressaltou, porém, que isso não significa interferência do



À mesa, o vice-presidente da CDH, Telmário Mota (E), o presidente Paulo Paim e a ministra Damares Alves

Estado na vida privada.

— Temos jovens se casando com 19 e 20 anos que não sabem pegar um bebê no colo. Está na hora de ter políticas públicas para ensinar esse pai e essa mãe jovem sobre como cuidar do seu bebê. Não é interferência do Estado na família,

mas é o Estado se propondo a criar políticas públicas de fortalecimento da família.

Em resposta a Telmário Mota (Pros-RR) sobre os povos indígenas, Damares criticou o que chamou de “política de isolamento do índio” e disse que a Funai vai trabalhar para

que o índio seja inserido na sociedade.

— Precisamos rever a política indigenista no Brasil. Questiono a política de isolamento que não permite ao índio plantar, produzir, ir à escola.

A ministra também disse que a pasta vai rever a atuação de

ONGs na Funai e questionou a aplicação de recursos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que, segundo ela, tem R\$ 1,4 bilhão por ano, mas “tem índio lá na ponta morrendo de dor de dente”.

Em relação às minorias, Damares também defendeu a aprovação do Estatuto do Cigano, previsto no PLS 248/2015, de Paulo Paim (PT-RS).

A ministra foi questionada por Styvenson Valentim (Pode-RN) sobre o pagamento de reparações pela Comissão de Anistia. O senador é autor do requerimento de criação de CPI para investigar o que ele chamou de “farra das indenizações”. Damares afirmou que a pasta está passando um “pente-fino” nos processos, mas ressaltou que é preciso respeitar os anistiados.

— Muitos processos foram justos. Tenho muito medo de que pessoas sejam rotuladas.

Ministra condena ação do STF sobre aborto e homofobia

Damares Alves disse que a discussão sobre o aborto deve se dar no Congresso, e não no Supremo Tribunal Federal (STF). A ministra criticou o “ativismo” do Judiciário ao tratar de temas que, na visão dela, cabem ao Legislativo.

— Isso tem que ser discutido aqui, porque vocês represen-

tam o povo — disse a ministra.

Segundo ela, pesquisas indicam que o povo não quer a legalização do aborto, e sim políticas de planejamento familiar. Mesmo assim, Damares destacou que sua pasta não vai “militar” contra o tema.

Sobre a ação que equipara homofobia a crime de racis-

mo, que está sendo julgada no STF, Damares disse que o ministério não tem posicionamento oficial, mas criticou “a forma como foi implantada a ideologia de gênero no Brasil”.

— Quando os ideólogos de gênero falam que ninguém nasce homem ou mulher, está mandando recado também

que ninguém nasce gay, que é uma construção social. Isso me preocupa muito — frisou.

Na opinião de Alessandro Vieira (PPS-SE), que protocolou nesta semana projeto (PLS 860/2019) para suprir a lacuna indicada pelo STF, a ministra tentou se esquivar dos assuntos “incômodos”.

Projetos buscam legalizar educação domiciliar

Estão em análise na Casa dois projetos de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) que tratam da educação domiciliar, o chamado *homeschooling*. Um deles é o PLS 28/2018, que deixa claro no Código Penal não ser crime de abandono intelectual ensinar as crianças em casa. O outro (PLS 490/2017) regulamenta a educação domiciliar para permitir às famílias adotarem essa modalidade de ensino.

Bezerra lembra que, apesar de crescente no Brasil, o ensino domiciliar ainda não é regulamentado e que a prática pode levar os pais ou responsáveis a responderem criminalmente. Ele considera que o assunto deve ser debati-

do e cita a experiência exitosa em países como Portugal, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca e Finlândia.

— Essa medida dá liberdade para quem tem disponibilidade para educar seus filhos em casa, inclusive provendo os critérios de avaliação para que não tenham nenhum prejuízo na sua fase de formação. Vamos debater essa ideia, que também tem o apoio do ministro da Educação.

Amparo legal

Segundo o PLS 28/2018, que aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a educação domiciliar deixará de ser considerada crime. O texto altera o Código Penal

para conferir amparo legal mínimo para que as famílias exerçam a liberdade de escolha sobre o modo de oferta da educação básica de seus filhos.

Já o PLS 490/2017 explicita, tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996), quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 1990), a possibilidade de oferta de educação domiciliar no âmbito da educação básica obrigatória. Para isso, os pais ou responsáveis devem buscar autorização e supervisão dos órgãos competentes.

O projeto será analisado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e, em seguida, pela Comissão de Educação (CE).

“Medida provisória vai dar proteção às famílias”

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, acrescentou ontem na CDH que uma medida provisória para autorizar o ensino em casa está sendo preparada em conjunto com

o Ministério da Educação e a sociedade “para que chegue madura ao Congresso”.

Em setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou o pedido de uma família que queria educar a

filha em casa, por não haver previsão legal.

— Um grupo muito grande de famílias já aplica *homeschooling* sob efeito de liminar. Com a decisão do STF, elas perdem a proteção.

Modelo educacional brasileiro está falido, afirma Telmário

Telmário Mota (Pros-RR) criticou ontem o modelo de educação do ensino primário e secundário. Para o senador, a baixa classificação no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é resultado desse modelo, que ele afirma ser obsoleto.

Telmário defende o modelo invertido de educação, desenvolvido nos Estados Unidos, no qual os alunos têm o primeiro contato com o conteúdo

em casa, por meio de textos, vídeos e jogos. O tempo em sala de aula, passa, então, a ser utilizado para discussões, resoluções de dúvidas e dinâmicas em grupos.

Os dados foram da avaliação do Pisa de 2015, na qual mais de 50% não alcançaram o nível mínimo nas três áreas: matemática, ciência e leitura. A última prova do Pisa aconteceu em 2018, mas o resultado ainda não foi divulgado.

Jorge Kajuru critica orçamento destinado ao Poder Legislativo

Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou ontem que o Congresso Nacional brasileiro é o segundo mais caro do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

Para o senador, esse gasto com o Legislativo é um desrespeito com o dinheiro público.

De acordo com Kajuru, os 81 senadores custam R\$ 2,430 bilhões por ano, e os 513 deputados federais,



custam R\$ 4,3 bilhões. O senador observou que esse orçamento não contabiliza os gastos com aposentadorias das duas Casas.

— Se houvesse respeito com o dinheiro público, não seria necessária a reforma da Previdência. Está na hora de cortarmos na própria carne, sob pena de contribuirmos para a desmoralização do Legislativo.